

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CARLOS RAFAEL NEVES PEREIRA**

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ERA NEOLIBERAL: A EXPERIÊNCIA DO  
SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL NO SÉCULO XXI.**

SÃO LUÍS/MA

2017

**CARLOS RAFAEL NEVES PEREIRA**

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ERA NEOLIBERAL: A EXPERIÊNCIA DO  
SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL NO SÉCULO XXI.**

Monografia submetida ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Maranhão  
como pré-requisito para obtenção do grau de  
Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle de Queiróz  
Soares.

SÃO LUÍS/MA

2017

Pereira, Carlos Rafael Neves.

A precarização do trabalho na era neoliberal : a experiência do setor de construção civil do Brasil no século XXI / Carlos Rafael Neves Pereira. - 2017.

55 f.

Orientador(a): Danielle de Queiróz Soares.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2017.

1. Desemprego. 2. Neoliberalismo. 3. Precarização.  
I. Soares, Danielle de Queiróz. II. Título.

**CARLOS RAFAEL NEVES PEREIRA**

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ERA NEOLIBERAL: A EXPERIÊNCIA DO  
SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL NO SÉCULO XXI.**

Monografia submetida ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Maranhão  
como pré-requisito para obtenção do grau de  
Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle de Queiróz  
Soares.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle de Queiróz Soares (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Examinador (a)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Examinador (a)  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, a minha esposa Elisângela e ao meu filho Carlos Heytor, e a professora Danielle Soares.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele.

Agradeço a minha esposa, Elisângela, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades. Sem a sua atenção, carinho e dedicação, não teria forças para concluir esse trabalho.

Agradeço à professora Danielle Soares, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia. Eu posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa.

Agradeço à minha mãe e meu pai, pelo apoio e incentivo durante toda a minha formação.

“Tá vendo aquele colégio moço? Eu também trabalhei lá; Lá eu quase me arrebento; Pus a massa fiz cimento; Ajudei a rebocar; Minha filha inocente; Vem pra mim toda contente; Pai vou me matricular; Mas me diz um cidadão; Criança de pé no chão; Aqui não pode estudar; Esta dor doeu mais forte; Por que que eu deixei o norte; Eu me pus a me dizer; Lá a seca castigava mas o pouco que eu plantava; Tinha direito a comer”.

(Zé Ramalho, 1992).

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Relação entre a taxa de crescimento do PIB com a taxa de crescimento do número de empregados no setor da construção civil no Brasil .....46
- Gráfico 2** - Trabalhadores resgatados em situação análoga a escravidão.....49

## LISTA DE SIGLAS

|       |   |
|-------|---|
| BID   | Banco Interamericano de Desenvolvimento         |
| CACEX | Carteira de comércio exterior                   |
| CLT   | Consolidação das Leis do Trabalho               |
| CNAE  | Classificação nacional de atividades econômicas |
| FMI   | Fundo Monetário Internacional                   |
| IBGE  | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INSS  | Instituto nacional da seguridade social         |
| PAC   | Programa de aceleração do crescimento           |
| PEC   | Proposta de emenda constitucional               |
| PIB   | Produto interno bruto                           |
| RAIS  | Relação anual de informações sociais            |

## RESUMO

O presente trabalho procura mostrar como a precarização das relações de trabalho se tornou uma realidade na vida dos trabalhadores, especialmente após a grande crise do capital nos anos 70 e como as ideias neoliberais e a reestruturação produtiva alimentaram esse quadro de precarização. O setor da construção civil no Brasil foi usado como exemplo para verificar de perto os impactos da precarização na vida dos trabalhadores. O objetivo deste trabalho é entender o processo de precarização das relações de trabalho no mundo e como elas impactaram o trabalhador no Brasil. A metodologia adotada baseia-se em uma extensa pesquisa bibliográfica e análise de dados dos principais órgãos governamentais que registram os dados sobre o mercado de trabalho, além de entrevistas com trabalhadores da construção civil. Conclui-se que os métodos adotados para a superação da crise do capital, a reestruturação produtiva e organizacional, além do fortalecimento das ideias neoliberais em nível de Estado, levaram ao aprofundamento do desemprego e da desigualdade e da precarização das relações de trabalho. Vale ressaltar que, no Brasil, este processo de precarização continua com a proposta de reforma trabalhista e da previdência que estão em discussão na câmara e no senado.

**Palavras-chave:** Precarização. Desemprego. Neoliberalismo.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to show how the precariousness of labor relations became a reality in workers' lives, especially after the great capital crisis in the 1970s and how neoliberal ideas and productive restructuring fueled this situation of precariousness. The civil construction sector in Brazil was used as an example to verify closely the impacts of precariousness on workers' lives. The objective of this paper is to understand the process of precariousness of labor relations in the world and how they impacted the labourer in Brazil. The methodology adopted is based on an extensive bibliographical research and data analysis of the main government agencies which register data about the labor market, as well as interviews with civil construction labourers. It is concluded that the methods adopted to overcome the crisis of capital, productive and organizational restructuring, and the strengthening of neoliberal ideas at the state level, led to the deepening of unemployment and inequality and the precariousness of labor relations. It is worth mentioning that in Brazil, this process of precariousness continues with the proposal of labour reformation and social security that are under discussion in the Chamber and in the Senate.

**Key-words:** Precariousness. Unemployment. neoliberalism.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 12 |
| <b>2 PASSAGEM FUNDAMENTAL: DAS RELAÇÕES FORDISTAS AO NEOLIBERALISMO</b> .....                                     | 13 |
| <b>2.1 O fordismo e a construção do estado de bem-estar-social</b> .....  | 13 |
| <b>2.2 Crise de acumulação e elementos que levaram ao fim do modelo de bem-estar</b> .....                        | 16 |
| <b>2.3 Características do neoliberalismo para o mundo</b> .....   | 18 |
| <b>2.4 Neoliberalismo no Brasil</b> .....   | 22 |
| <b>3 PÓS-FORDISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.</b> ..... | 28 |
| <b>3.1 Características do modelo de produção flexível</b> .....   | 28 |
| <b>3.2 Precarização e desemprego: um grande desafio para classe trabalhadora</b>                                  | 32 |
| <b>3.3 A precarização do trabalho e desemprego no Brasil</b> .....  | 37 |
| <b>4 OS EFEITOS DO DESEMPREGO E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SOBRE OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL</b> .....  | 45 |
| <b>4.1 A importância do setor da construção civil para geração de emprego no Brasil</b> .....                     | 45 |
| <b>4.2 A precarização do trabalho na construção civil do Brasil</b> .....   | 47 |
| <b>4.3 Quem é o trabalhador da construção civil no Brasil?</b> .....  | 50 |
| <b>4.4 Dando voz ao trabalhador da construção</b> .....   | 51 |
| <b>5 CONCLUSÃO</b> .....  | 53 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 54 |

## 1 INTRODUÇÃO

O período do pós-guerra, é marcado pela forte difusão do modelo fordista de produção, um modelo de produção e consumo de massa.

É nesse período, que vai de 1945 a 1970, que se constroem as bases do Estado de bem-estar-social, onde a classe trabalhadora conquista uma ampla gama de direitos, e passa a ter acesso a certos bens de consumo duráveis, antes restrito as classes mais abastadas da economia mundial.

O crescimento econômico e da produtividade, sustentam um Estado que cresce e intervém cada vez mais na economia. Vale ressaltar o limitado alcance dessas transformações, já que, elas ficam restritas aos países onde o capitalismo estava mais avançado.

Todas as conquistas da classe trabalhadora, entretanto, começam a ser ameaçadas, quando por volta de 1960 o capitalismo e o sistema de produção fordista entram em crise. Para aliviar os impactos negativos dessa crise, uma série de medidas foram tomadas. As ideias liberais ganham força, com uma nova roupagem, e a reestruturação produtiva se espalha pelo mundo, na tentativa de recuperar as taxas de lucro e a produtividade do capital

A reestruturação produtiva somada as medidas neoliberais, aprofundam o problema do desemprego, e levam ao aparecimento e fortalecimento na sociedade, de postos de trabalho flexíveis e precarizados.

A precarização do trabalho, agravada pelo desemprego e pelo conjunto de medidas tomadas para superação da crise, é o principal tema discutido neste trabalho. Para exemplificar essa situação foi escolhido o setor da construção civil, por ser esse um setor de grande importância da economia local e onde se geram empregos que exigem na maioria das vezes pouca qualificação.

Na primeira parte deste trabalho, apresenta-se a passagem das relações fordistas de produção para a forma mais flexível, que foi amplamente espalhada pelo mundo depois do fortalecimento das ideias neoliberais. Na segunda parte, apresenta-se a precarização do trabalho como elemento constitutivo do capitalismo contemporâneo. Por fim, foi feita uma discussão sobre os efeitos da precarização e do desemprego sobre os trabalhadores da construção civil.

## **2 PASSAGEM FUNDAMENTAL: DAS RELAÇÕES FORDISTAS AO NEOLIBERALISMO**

A passagem fundamental que pretendo mostrar neste capítulo, é a de uma sociedade onde as relações entre o capital, o trabalho e o estado se caracterizam pelo alto grau de regulação destas relações, e uma nova forma de organizar a produção e as relações trabalho que surgem a partir das ideias neoliberais em 1970, em resposta a crise enfrentada pelo capital neste período.

Farei isso na primeira parte, apresentando o fordismo e a construção do estado de bem-estar-social. Em seguida mostrarei como essa sociedade e o seu padrão de produção entram em crise, falando sobre crise de acumulação e elementos que levaram ao fim do modelo de bem-estar. Na terceira parte apresentarei o receituário neoliberal para superação da crise, em características do neoliberalismo para o mundo. E no fim deste capítulo apresentarei como as ideias neoliberais desembarcaram no Brasil e quais as suas consequências para nossa economia.

### **2.1 O fordismo e a construção do estado de bem-estar-social**

Para entender todas as transformações que estão acontecendo no sistema capitalista atual e as mudanças na forma de organização e regulamentação do trabalho, é preciso conhecer as características do modelo de produção e das relações de trabalho que se estabeleceram no período anterior à crise do capital que se inicia a partir de 1973.

O modelo de produção característico do período, que vai de 1945 ao ano de 1973, ficou conhecido como modelo de produção fordista. Este modelo se caracteriza pela produção em larga escala de bens padronizados, consumo de massa e uma forma totalmente diferente de reprodução da força de trabalho.

Esse modelo que tem fortes bases no controle do tempo, profunda divisão e especialização do trabalho, racionalização dos tempos e movimentos (racionalização taylorista do trabalho) e organização hierarquizada. O fordismo teve seu primeiro ensaio ou data inicial simbólica o ano de “1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan” (HARVEY, 2009, p.121).

O processo de produção fordista, de produção e consumo de massa, enfrentou grandes dificuldades para se disseminar no período entre guerras. Essas dificuldades podiam ser sentidas entre os trabalhadores, pois exigia por parte destes certa pacificidade e familiarização com “longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, ritmo e a organização do processo de produtivo” (HARVEY, 2009, p. 123).

As relações de trabalho que se estabeleceram no período se caracterizavam basicamente, pelo “amplo reconhecimento, por parte da sociedade, das organizações sindicais como interlocutores sociais e a generalização dos procedimentos de negociação coletiva, traduzindo uma crescente regulamentação do emprego” (BRAGA, 2003, p. 85).

Entre as organizações dos trabalhadores, com por exemplo os sindicatos, esse modelo também sofreu grande resistência. Resistência essa que foi fortemente combatida com a desculpa de uma pretensa infiltração comunista e que terminou levando essas organizações a se submeterem a uma rígida disciplina estabelecida por um grande número de leis que regulamentavam a atuação dos mesmos.

Mas, nem tudo foi derrota para os sindicatos do período. Eles, ainda mantiveram um certo grau de controle sobre certas atividades e ainda conseguiram garantir um bom número de direitos para os trabalhadores. Segundo Harvey (2009, p. 128):

[...] os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa [...] preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca de uma atitude cooperativa no tocante as técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade.

Harvey (2009, p. 124) aponta ainda que, “a segunda barreira importante a ser enfrentada estava nos modos e mecanismos de intervenção estatal. Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista”.

Os capitalistas tiveram que organizar a produção e os processos produtivos, as velas do sistema tiveram que ser reajustadas na busca de lucros crescentes e uma maior produtividade. Vale ressaltar que estes também tiveram que

ceder em muitos aspectos, como por exemplo, salários maiores e mais direitos para os trabalhadores.

Esses problemas foram superados por volta de 1945, e enfim o fordismo atingiu a sua maturidade como regime de acumulação de capital. É bom lembrar que este modelo se estabeleceu nos países de capitalismo avançado, onde por um longo período que vai se estender até aproximadamente o início do ano de 1970, teremos um crescimento econômico sustentado e sem precedentes, com baixa inflação e expansão do consumo de massa. Essa é à época que ficou conhecida na literatura como a “Era de Ouro” ou “Anos gloriosos” do sistema capitalista.

Durante os trinta anos considerados “gloriosos” (1945/1975), então, o estado fordista, sob a tutela das ideias Keynesianas, assumiu uma postura fortemente interventora e colocou-se como responsável pela garantia do emprego e provedor de seguros e proteções sociais que ampliaram os direitos dos trabalhadores. (SOARES, 2015, p. 37).

O aumento da produtividade permitiu que os padrões de vida se elevassem para a maioria das pessoas nos países desenvolvidos. As crises que o sistema capitalista tinha vivenciado nos últimos anos de sua história se tornaram remotas, a democracia de massa parecia hegemônica, e a guerra entre capitalista aparentemente estava superada.

É nesse período que uma extensa rede de proteção social e uma série de regulamentações das relações de trabalho foram constituídas. Muitas dessas conquistadas por parte dos trabalhadores, foram precedidas por grandes confrontos entre os interesses do capital e do trabalho. Para Behring e Almeida (2008, p.64):

Na história do capitalismo, os embates entre o capital e o trabalho, ou, mais precisamente, a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e por uma situação mais digna de trabalho, levaram à construção de um determinado padrão de regulação do trabalho e dos sistemas de proteção social, particularmente no período de 1945 a 1975 nos países desenvolvidos. A regulação da força de trabalho e da proteção social espelha a correlação de forças na sociedade e conta com a participação fundamental da intervenção do estado.

O estado de bem-estar-social, com seu conjunto de políticas sociais e de seguridade social, expressas por exemplo na indenização por acidente de trabalho, assistência médica, seguro doença e invalidez, aposentaria, férias remuneradas, 13<sup>a</sup> salário, limites a jornada de trabalho, serviços educacionais e de saúde, direito à moradia, entre outros, foram conquista dos trabalhadores que marcaram esse período.

O compromisso fordista assegurou, entre outros benefícios sociais, uma legislação social referente ao salário mínimo; a generalização das convenções coletivas de trabalho (induzindo os capitalistas a conceder aos assalariados ganhos de poder aquisitivos correspondentes ao crescimento da produtividade nacional); um estado burguês de tipo *welfare* com um sistema de previdência social desenvolvido, que permitiu aos assalariados continuar como consumidores até no caso de estarem impedidos de se integrar à produção por motivos de doença, aposentadoria. (BRAGA, 2003, p. 96).

O acesso a certos bens de consumo duráveis, que em outros momentos da história ficaram restritos às classes mais abastardas da sociedade, se torna possível para os trabalhadores. De acordo com Soares (2015, p. 37), “aumentos salariais lhes garantiram o acesso a bens de consumo duráveis como carro, geladeiras e a serviços gratuitos como saúde e educação. Um sentimento de progresso e prosperidade ganhou espaço na sociedade”.

Todas essas conquistas, que marcaram e transformaram a história das relações sociais e de produção, ficaram restritas aos países desenvolvidos do período, e claro, temos que respeitar as especificidades de cada um desses países, pois essas políticas foram implantadas em maior ou menor grau em cada um deles, dependendo muito da relação de força estabelecida entre os capitalistas e os trabalhadores.

Todo esse conjunto de conquistas estavam diretamente ligadas ao aumento das taxas de lucro e da produtividade dos trabalhadores, segundo Harvey, “a condição do fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o estado keynesiano do bem-estar-social poderia ser fiscalmente viável” (HARVEY, 2009, p.133).

## **2.2 Crise de acumulação e elementos que levaram ao fim do modelo de bem-estar**

Como já dito anteriormente, após a segunda guerra mundial o sistema capitalista vive um período de crescimento acelerado e relativamente sustentado, que se estende até 1973. Para Braga (2003, p.96):

Esse período de crescimento acelerado e relativamente sustentado encerra-se em 1973, quando a economia capitalista conhece sua primeira recessão generalizada desde a Segunda Guerra Mundial. A partir daí o capitalismo internacional mergulha num longo período de dificuldades econômicas e sociais crescentes, caracterizado pela crise do estado burguês de tipo *welfare* e demais instrumentos de regulação das formas de sociabilidade próprias do fordismo e seu compromisso de crescimento sustentado.

Fortes sinais que o sistema de produção e organização fordista estavam prestes a entrar em crise, já apareciam por volta dos anos de 1960. A Europa que praticamente teve seu parque industrial destruído na segunda guerra, começa a se erguer, com uma indústria de ponta e plenamente capaz de concorrer no mercado internacional. O Japão com forte auxílio americano se reconstruiu, e sobre as bases de um sistema inovador de produção, passa ser um dos grandes produtores de mercadorias para o mercado internacional.

Em retrospectiva, parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. E isso ocorreu no momento em que o sucesso da racionalização fordista significava o relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura. (HARVEY, 2009, p. 135).

O crescimento da produção mundial de mercaria, leva a uma exacerbação das rivalidades competitivas entre as grandes empresas oligopolistas, rivalidades estas que se expressam, na busca desenfreada por novos mercados. Essa crescente produção mundial, e o acirramento da competição, leva há uma queda generalizada das taxas de lucro praticadas na economia mundial. Para Dedeca, “A maior rivalidade nos diversos mercados industriais produziu um impacto negativo sobre os níveis de rentabilidade dos grandes oligopólios, em momento de queda do crescimento dos mercados e de aumento dos custos” (DEDECA, 1999, p.61).

Daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra. (HARVEY, 2009, p. 135).

A situação de instabilidade econômica se agrava. Os custos de produção dispararam, principalmente pela elevação dos custos preços do petróleo, que em um curto espaço de tempo saltou de US\$ 3 o barril para quase quatro vezes esse valor. A inflação no mesmo período, início dos anos 70, chegou a casa de dois dígitos. Houve aumento das taxas de juros, que dificultava o financiamento da produção e proporcionou uma grande autonomia do setor financeiro frente ao setor produtivo. O setor financeiro passou a tomar as rédeas das decisões de onde investir, o que produzir e principalmente onde produzir.

Somados a tudo isso, ainda temos grandes transformações no setor de informática e das comunicações. Para Soares (2015, p.44):

Um terceiro fator importante, de ordem técnica, viria a se juntar a estes fatores econômicos para inaugurar uma nova era na economia política mundial; a revolução da informática e das comunicações que permitiu o deslocamento de grandes somas de capital eletronicamente, em poucos segundos, e possibilitou o surgimento de inovações que multiplicaram os ganhos das instituições financeiras.

Com o modelo de produção e o modo de acumulação em crise, a produtividade do trabalho diminuindo e as taxas de lucro do capital baixando, a arrecadação de imposto e tributos sofre grande impacto. O estado de bem-estar-social o “*welfarestate*”, que elevou os gastos públicos e acelerou o processo inflacionário, não pode mais ser mantido, pois os estados se afundaram em uma crise fiscal muito grave e tiveram grande dificuldade de equilibrar as contas públicas.

Como resposta à crise que sistema capitalista estava passando, e na tentativa de recuperar as taxas de lucro e os níveis de produtividade do capital, o sistema de produção passa por um processo de reestruturação produtiva e há todo um processo de mutações nas estruturas das relações de trabalho que vigorarão no período do fordismo. Segundo Antunes (2002, p. 15):

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, tem acarretado entre tantas consequências, profundas mutações no mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para produção de mercadorias e para valorização do capital.

O neoliberalismo e processo de reestruturação produtiva, foram as respostas encontradas pelo capital para enfrentar sua crise estrutural. Na busca por uma constante redução dos custos, temos todo um processo de precarização da força de trabalho. O novo modelo de produção, com base em uma produção mais enxuta e flexível, coloca uma grande massa de trabalhadores para fora das fábricas, e o problema do desemprego se amplia como nunca antes na história do capitalismo.

### **2.3 Características do neoliberalismo para o mundo**

A busca pela fonte dos problemas que o sistema de produção estava passando, leva a crer que a intervenção estatal, os altos custos da mão-de-obra, a

inflação generalizada, o grande volume de capitais necessários para se fazer investimentos e longo tempo de maturação dos mesmos, além das barreiras tarifárias e não tarifárias, eram os pontos centrais a serem combatidos, para retomada do crescimento e o retorno a estabilidade econômica.

Dada a nova realidade que estava sendo enfrentada pela maioria dos países desenvolvidos e industrializados do período, e as dificuldades encontradas pelos economistas da corrente keynesiana para solucionarem o problema, ressurgiu com força às ideias neoliberais e um conjunto de receitas e políticas econômicas para superação das dificuldades ocasionadas pela crise. Segundo Harvey (2009, p. 135), “de modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo”.

A crise em que a teoria keynesiana mergulhou na década 1970 em face da incapacidade de seus instrumentos de darem respostas à perversa combinação de um processo recessivo com inflação em alta, abriu espaços para o ressurgimento das ideias liberais, que passaram a atribuir ao tamanho do estado na economia e sua ineficiência na gestão de atividades consideradas afeitas ao setor privado, as causas primárias da crise, na forma dos gigantescos déficits públicos que passaram a ser gerados pelos países do mundo capitalistas. (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

A ideologia neoliberal apresenta com muita ênfase os problemas gerados pela intervenção do estado na economia. Essa interferência pode levar, segundo os adeptos da escola liberal, a uma diminuição da concorrência no mercado e dos ganhos que a livre concorrência pode proporcionar. O excesso de regulamentação dos mercados de trabalho e de bens e serviço, leva a aumentos nos custos de produção e comercialização, o que por sua parte levaria a perdas de eficiência na produtividade. Isso justificaria a diminuição da presença do estado na atividade econômica e em alguns casos a retirada total da presença do mesmo.

Para justificar a ideia neoliberal da diminuição da interferência do estado na atividade econômica, com base nos problemas que essa interferência pode causar, como por exemplo inflação e desemprego, surgem as teorias das expectativas racionais e das expectativas adaptativas.

Na teoria das expectativas adaptativas segundo Oliveira (2009), os agentes econômicos formam expectativas sobre a taxa de inflação, porque essa terá influência sobre o salário real. As políticas monetárias expansionistas, levariam no curto prazo a um aumento na demanda agregada de bens e serviços e conseqüentemente a uma

demanda maior por trabalhadores. Mas no longo prazo os agentes econômicos fariam ajustes nas suas expectativas inflacionárias, teríamos reajuste dos preços (inflação adaptada), e uma diminuição dos salários reais. Anulando assim os impactos da política monetária expansionista, e seus efeitos sobre a demanda agregada e o mercado de trabalho. No fim o que ainda teríamos seria apenas a inflação acumulada do período.

Os teóricos da escola das expectativas racionais, fazem algumas correções na teoria das expectativas adaptativas, principalmente as relacionadas a ilusão monetária dos agentes econômicos. A diferença principal das duas escolas de pensamento é que diferente do que pensa a primeira, os teóricos das expectativas racionais, segundo Oliveira (2009, p. 52):

[...] negam, mesmo no curto prazo, quaisquer efeitos de aumento na oferta de moeda sobre as variáveis reais da economia, como nível de renda e emprego, restringindo seus impactos apenas ao aumento de preços, ou seja, geração de inflação. Descartam, para isso, a hipótese de formação de expectativas adaptativas, resultado da ilusão monetária dos agentes econômicos, e introduzem no modelo, agentes que não se deixam enganar por esse fenômeno (ou se isso ocorre, conseguem corrigir rapidamente seus erros, evitando que eles se repitam), sendo capazes, portando, de formar expectativas de forma racional, e, com isso, neutralizar a ação nefasta do governo (estado) na implementação de políticas expansionistas.

O que não se diferencia nestas duas escolas são as recomendações de cunho neoliberal de ambas, para as intervenções do estado na economia. Ambas chegam a conclusão que as interferências do estado na economia devem se restringir ao mínimo, pois sua interferência só teria como resultados práticos, a inflação e instabilidade do sistema econômico, sem nenhum efeito sobre seus objetivos principais, o aumento no nível de renda e na geração de empregos. Para Soares (2015, p.46):

Do ponto de vista da forma de atuação estatal, emergiu com muita força uma ideologia que prega o retorno ao livre mercado. Um receituário de políticas baseados na liberalização dos fluxos de comércio e de capitais e flexibilização da legislação trabalhista logo se tornou popular em países do centro e da periferia (ainda que com distintas formas de aplicação e efeitos em cada um deles).

Nesse período o fluxo de mercadorias e de capital se intensifica e o acesso de regulação fiscal e as barreiras comerciais, impostas pelos estados nacionais, são vistas como um problema para o sistema de produção. Como solução, o receituário neoliberal aponta para o fim das barreiras comerciais e um novo marco regulatório

para entrada e saída de capitais, com base na livre circulação financeira e de mercadorias. Para Carcanholo (1997, p. 200):

O processo de globalização da economia traduz-se em uma intensa circulação não só de mercadorias, mas também de capitais, levando a uma livre movimentação não apenas do mercado de bens, como também do mercado de capitais [...] assim sendo, o receituário de políticas baseia-se nessa liberalização dos fluxos de comércio e de capitais. Ganharão as nações que não impedirem esse livre movimento e, além disso, criarem condições para que a liberalização ocorra da forma mais "natural" possível.

Uma das teses defendidas com muita ênfase, e também, proposta pelo receituário neoliberal, é que a abertura do comércio nacional para os produtos advindos do mercado externo e a exposição das empresas nacionais a concorrência internacional, levaria a uma melhor alocação de recursos e a uma modernização das empresas nacionais, segundo Soares (2015, p.44):

Na esfera comercial, a política neoliberal leva a abertura dos mercados e a exposição das empresas nacionais à competição internacional. A tese defendida é a de que a concorrência estimula a busca por elevações de produtividade, reduz preços e aloca de maneira mais eficiente os recursos ao redor do globo.

Uma crise profunda se instalou no mercado de trabalho, e o diagnóstico neoliberal para os problemas que o mercado de trabalho estava passando, como o desemprego crescente e involuntário no início dos anos de 1970, era o excesso de regulação das atividades trabalhistas, o alto custo dos salários e fortalecimento das instituições de representação dos trabalhadores, os sindicatos. Para os liberais, segundo Génèreux (1995, p. 37):

O desemprego só pode existir se houver instituições ou regulamentações que impeçam a livre negociação de salários. O desenvolvimento do poder sindical, as legislações sobre o salário mínimo, as convenções coletivas, o direito do trabalho em geral, tudo isso limita as possibilidades de ajustes instantâneos dos salários para corrigir os desequilíbrios entre oferta e demanda de trabalho. São, pois, a rigidez dos salários e seu nível muito elevado os principais responsáveis pelo desemprego.

Para solucionar esse problema o receituário de políticas neoliberal propôs uma flexibilização das leis trabalhistas e a retirada de uma série de direitos que os trabalhadores conquistaram nos anos anteriores, pois, esses direitos encareciam os custos da força de trabalho. Para os empregadores o momento era de cortar custos na produção e de se adaptar aos novos padrões de produção e de concorrência internacional. Para Harvey (2009, p.143):

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do

enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Como consequência de todos esses processos de transformações nas formas de regulação e fiscalização das relações de trabalho, surgem com muita frequência formas de trabalho flexíveis e precarizadas, que se caracterizam, segundo Harvey (2009, p.143), pela “aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado”. (Voltaremos a falar desse processo de precarização das relações de trabalho e do aparecimento das distintas formas de trabalho precário no capítulo 2).

Todo esse conjunto de transformações e mutações que aconteceram na política, na sociedade, no mercado de trabalho e na economia interna e externa de muitos países, como reação a crise de acumulação do capital, foram resultado da implantação de políticas de cunho neoliberal e da crescente força que o capital financeiro exercia sobre o setor produtivo mundial. Para Gowan (2003, p.9):

A transformação dos ambientes internos dos países assume o nome de neoliberalismo: envolve uma mudança nas relações sociais internas em favor dos interesses do credor e do investidor, com a subordinação dos setores produtivos aos setores financeiros, e com uma tendência a afastar da riqueza, do poder e da segurança a maior parte da população trabalhadora. A transformação do ambiente externo dos estados toma o nome de globalização: envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas. As duas mudanças alimentam-se uma à outra: a alteração nas relações do poder social interno, conhecida como neoliberalismo, fortalece as regiões, favorecendo a globalização. E as forças que favorecem a globalização irão facilitar aquelas mesmas transformações internas.

As políticas neoliberais e a globalização enfraqueceram e dificultaram a reação da classe trabalhadora, frente as transformações que estavam acontecendo.

## **2.4 Neoliberalismo no Brasil**

A economia brasileira nos 80 é marcada pela crise fiscal do Estado, a crise da dívida externa, e pela inflação crescente. Neste mesmo período o México passa por grandes dificuldades econômicas e decreta que não tem como pagar a dívida externa do país. Os problemas no México causam pânico internacional, e logo esses choques externos abalam a já fragilizada economia brasileira. Esse período de

grandes dificuldades econômicas ficou conhecido na história brasileira como a década perdida.

A chamada década perdida caracterizou-se pela queda nos investimentos e no crescimento do PIB, pelo aumento do déficit público, pelo crescimento das dívidas externas e interna e pela ascensão inflacionária. O PIB apresenta um crescimento médio de 7% entre 1947 e 1980, caindo para 2% entre 1981 e 1990. Em função deste desempenho medíocre do PIB, a renda per capita manteve-se praticamente constante ao longo da década de 1980. (REGO; MARQUES, 2006, p. 142).

Várias tentativas foram feitas na busca pelo controle inflacionário. Mas a inflação se agrava e, no fim dos anos 80, o Brasil chega no que parece ser o “fundo do poço” na economia. A inflação se transforma em hiperinflação e parece ser um problema incontrolável.

Marcada, também, pela crise da dívida externa, a economia brasileira tinha, nos anos 80, uma política de restrição das importações e incentivos as exportações. Essas políticas ao mesmo tempo que buscavam a produção de superávits na balança de pagamentos, para honrar os compromissos com os credores internacionais, protegia a nossa nascente indústria que estava dando seus primeiros passos, incentivada pelo programa de substituição de importações. Segundo Paulo Nogueira Batista (1994, p. 27), “a despeito da vulnerabilidade resultante do endividamento externo e dos percalços na luta contra inflação, o Brasil não parou. Teria, por isso mesmo, condições para resistir às pressões do governo americano e dos organismos multilaterais de crédito”.

A economia brasileira tinha até o ano de 1988 uma tarifa nominal média de importação em torno de 40% (REGO; MARQUES, 2006), e uma serie de instrumentos que barravam as importações e protegiam a dinâmica interna da nossa economia, a contragosto dos órgãos de controle internacional do comércio. Segundo Rego e Marques (2006, p. 207):

O principal instrumento de contenção das importações durante os anos de 1980 foram medidas não tarifárias, dentre as quais se destacava a Lei do Similar Nacional, que listava alguns produtos cuja importação era proibida. Além disso, havia os Programas Especiais de importação e licenciamento de Importação. Todo o processo importador era conduzido pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, no que se referia aos aspectos regulatórios.

O fim dos anos 80 deixa o país com uma sensação de que as medidas tomadas pelo Estado para enfrentar a crise eram insuficientes. Várias tentativas de controlar a inflação, a dívida externa e crise fiscal do Estado foram feitas. Sucessivos

governos tentaram a aplicação de planos e choques tanto ortodoxos como heterodoxos, mas nada parecia conter o avanço da inflação e o desequilíbrio nas contas governamentais.

Sucessivas cartas de intenção ao FMI foram assinadas sem que o país pudesse cumprir as metas acordadas em matéria fiscal e monetária. Para dominar a inflação resultante desse descontrole, gerado em sua maior parte pelo serviço da dívida externa e interna, sucessivos planos, heterodoxos e ortodoxos, foram tentados sem êxito, produzindo um sentimento generalizado de frustração que abalaria a confiança na ação do Estado. (BATISTA, 1994, p. 27).

É nesse mesmo período, mais precisamente em novembro de 1989, que se realiza na capital dos Estados Unidos, na cidade de Washington, uma reunião para tratar das reformas neoliberais que estavam sendo implementadas nos países latino-americanos. Estavam presentes nesta reunião, representantes do FMI, do Banco Mundial e do BID, além de representantes e especialistas nas economias dos diferentes países latino-americanos, inclusive do Brasil. Segundo Batista (1994, p. 5), “às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação de “Consenso de Washington””.

Na avaliação realizada na reunião em Washington, chega-se à conclusão, que os problemas que as economias latino-americanas, principalmente a brasileira e a peruana, estavam passando, eram resultado das escolhas erradas tomadas pelas autoridades e políticos que administravam esses diferentes países. Para eles, o problema principal estava na forma como o Estado regulava e intervia na economia. A intervenção do estado causaria problemas na forma como os recursos eram alocados na produção e na forma como a riqueza, produzida pelos diferentes fatores de produção, era dividida na sociedade.

Problemas como o endividamento externo, causados em boa medida pela forma protecionista que os países desenvolvidos agiam e das taxas de juros flutuantes. Os sucessivos choques do preço do petróleo a nível internacional e a inesperada e expressiva alta da taxa de juros nos Estados Unidos, aumentaram os custos de produção e tornaram a dívida externa do Brasil e de países da América latina, uma carga tão pesada que poucos conseguiram suportar. Todos esses problemas e outros derivados da história de como esses países foram historicamente colonizados e tiranamente explorados, foram ignorados pelos presentes na reunião de Washington.

Com o diagnóstico feito, era hora de apresentar soluções para os problemas enfrentados nos diferentes países da América Latina, inclusive o Brasil. As propostas principais do que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”, resumem-se a dois pontos principais segundo Batista (1994, p. 18):

Por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura a importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.

O receituário para solucionar o problema não foi muito diferente para os distintos países. Não foi levado em conta as diferenças históricas, geográficas, políticas, sociais, econômicas e as distintas peculiaridades internas de cada país.

O Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos em geral, contém, como pudemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. O diagnóstico e a terapêutica são virtualmente idênticos tanto para um imenso Brasil já substancialmente industrializado quanto para um pequeno Uruguai ou Bolívia ainda na fase pré-industrial. Não diferem muito por incrível que pareça, do que o FMI e o Banco Mundial estão recomendando à Europa oriental na sua transição para economias de mercado. (BATISTA, 1994, p. 26).

Eleito em 1989, Fernando Collor de Mello toma posse no dia 15 de março de 1990. No ano anterior a sua posse, a inflação no Brasil chega ao incrível patamar de 1764% ao ano, e a dívida externa, embora diminuindo, estava próxima dos 90 bilhões de dólares. É com Collor que os princípios neoliberais desembarcam de vez no Brasil. Para Batista (1994, p. 27), “é com Collor que se produziria a adesão do Brasil aos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington”.

As primeiras medidas tomadas pelo presidente recém-eleito, para tentar diminuir a crise que o país estava mergulhado, foram na direção da diminuição da presença do Estado na economia. Fez isso, diminuindo a máquina administrativa, com a fusão e extinção de alguns ministérios, demissão de funcionários públicos e cortes brutais nos gastos públicos.

Outras medidas foram tomadas na direção da liberalização do regime de importação e na diminuição das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Segundo Rego e Marques (2006, p. 213), “a tarifa nominal média de importação, que era de cerca de

40% em 1990, foi reduzida gradualmente até atingir seu nível mais baixo em 1995, 13%”.

Em favor da abertura a importação de mercadorias, invocava-se a ineficiência do protecionismo como alocador de recursos, como obstáculo aos interesses do consumidor nacional e como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento. (BATISTA, 1994, p.21).

Os impactos dessa política, de cunho claramente neoliberal, de abertura comercial, retirada do Estado da economia e um conjunto de reformas que diminuía o poder de negociação dos trabalhadores e seus sindicatos, combinados com a recessão que se arrastava desde os anos 80, se tornam devastadores para a economia.

A indústria brasileira, que em relação ao restante do mundo, ainda estava na sua infância, e que nasceu, e cresceu até aquele momento, incentivada por políticas de Estado, como os processos de substituição de importação e proteções tarifárias e não-tarifárias, que diminuía a exposição da mesma a concorrência internacional, pautados em um projeto nacional desenvolvimentista que tinha iniciado em meados dos anos 30, é exposta fatalmente ao mercado e a concorrência internacional e passa a sofrer um violento processo de ajuste e de reestruturação.

Uma face desse ajuste foi o número significativo de demissões. Dados da Fiesp revelam que a indústria paulista eliminou 278.467 postos de trabalho em 1991 e 277.529 em 1992. Em 1993, com a retomada do crescimento da economia, registrou-se uma tímida recuperação, sendo criados 4.908 postos de trabalho. (REGO; MARQUES, 2006, p. 214).

Neste mesmo período os trabalhadores também passam por um profundo processo de precarização do trabalho, com aprovação de projetos que permitiam a terceirização de uma série de atividades (voltaremos a falar com mais detalhes sobre o processo de precarização do trabalho no Brasil no capítulo 2).

Além destas medidas, se inicia no Brasil em 1990 um processo de privatizações das empresas nacionais, que se arrasta por mais de 10 anos, com o discurso da ineficiência do Estado na administração destas empresas e pela “excelência da administração do setor privado”. Outro motivo colocado para privatizar as empresas estatais era a necessidade de recursos para o equilíbrio das contas públicas. Para Batista (1994, p.21):

A privatização se presta diretamente ao propósito de diminuição do Estado, quando se aplica aos monopólios em áreas estratégicas da economia, através dos quais o governo não apenas assegura o suprimento de insumos

básicos como energia e telecomunicações, mas também faz política industrial, por intermédio das compras governamentais.

Os principais problemas causados pelas políticas neoliberais implantadas com muita força no Brasil a partir de 1990, no início do governo Collor, e que foram levadas adiante por sucessivos governos, foi o crescente número de subempregados e desempregados além de uma maior concentração de renda. Problemas agravados nos dias atuais com o aprofundamento de medidas neoliberais, como respostas a crise que se instala no Brasil a partir de 2014.

### **3 PÓS-FORDISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.**

A precarização do trabalho é um elemento que faz parte da vida dos trabalhadores no mundo inteiro, mais a partir dos anos 70, ela se agravou com a reestruturação e a flexibilização da produção, e o crescente número de desempregados. Na primeira parte deste capítulo vamos falar do modelo de produção flexível e logo em seguida, vamos falar dos desafios da flexibilização, do desemprego e da precarização para classe trabalhadora. Na terceira parte vamos falar de como a questão do desemprego e da precarização vão impactar o mercado trabalho e vida dos trabalhadores no Brasil.

#### **3.1 Características do modelo de produção flexível**

A crise econômica que marcou o mundo na década de 70, obrigou as empresas capitalistas a se adaptarem a um mundo mais competitivo e globalizado. As empresas foram forçadas a se reestruturarem para enfrentar um mercado onde a demanda efetiva estava diminuindo e a necessidade de acumulação de capital seguia aumentando. As empresas capitalistas que não se ajustassem as novas regras estavam fadadas ao fracasso. Para Dedeca (1999, p. 60):

A reorganização das empresas nos países industrializados, após 1975, esteve sempre orientada pela tríade flexibilidade-competitividade-qualidade. As políticas de abertura econômica, a estagnação ou o baixo crescimento da maioria dos mercados de bens industrializados e o elevado custo do dinheiro foram os fatores macroeconômicos determinantes da racionalização industrial. A situação de instabilidade econômica exigia das empresas um processo de reorganização produtiva capaz de viabilizar, ao menos, a própria sobrevivência.

É bom lembrar que, o modo de produção fordista, tinha como uma das suas principais características a rigidez na forma como era conduzida a produção e as relações de trabalho. Na produção se exigia um grande volume de investimento em capital fixo, muitas vezes de longa maturação e com prazos de retorno elevados para os mesmos, o que para Harvey (2009, p. 135) “presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes”. O mercado de trabalho era altamente regulado, o que impunha uma série de regras em relação a contratação e uso da força de trabalho,

“havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho” (HARVEY, 2009, p.135).

O processo de reestruturação produtiva, leva à quase completa destruição deste sistema, que nasceu nos Estados Unidos no início do século XX e se espalhou para o mundo logo após a segunda guerra mundial.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de *acumulação flexível*, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crise e disputa intensificada entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital a sua crise estrutural. (ANTUNES, 2009, p. 49).

O modo de acumulação e produção fordista é superado, e em seu lugar surge o modo de produção e acumulação flexível, para Harvey (2009, p.140):

A acumulação flexível, [...], é marcada por um confronto direto com rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O que teremos a partir de então é um modelo baseado na acumulação flexível, onde os bens são produzidos de forma descentralizada, tendo suas partes fabricadas em diversos países do mundo, e a planta de montagem do bem final centralizada em um país distinto, onde as empresas matrizes possam realizar o maior lucro, com a menor quantidade de tributos possível. Para Dedeca (1999, p.72), “Essa orientação representou um grande rearranjo da distribuição do progresso técnico e de capital em suas matrizes e desativação ou venda de filiais (divisões) pertencentes a certos mercados e/ou países considerados pouco promissores”.

A produção da empresa capitalista passa a ser uma produção mais enxuta. A empresa matriz passa a se concentrar cada vez mais na sua atividade fim e ao seu redor - que pode ser ao redor do mundo também - surgem um grande número de pequenas empresas, que fabricam partes das mercadorias principais e fornecem os meios para as atividades acessórias da empresa principal. Essas empresas muitas vezes também fornecem para as matrizes profissionais especializados, que trabalham nas empresas matrizes mas mantêm o vínculo empregatício com as empresas terceirizadas.

As empresas passam a se concentrar, tão-somente, em suas atividades-fim, descentralizando as atividades acessórias para empreendimentos terceirizados em busca da diminuição de despesas e aumento da produção, podendo, assim, ao menos teoricamente, reinvestir o capital excedente na própria empresa. (MIRAGLIA, 2008, p. 66).

As plantas das empresas, montadoras em sua maioria, passam por um processo de automação e informatização, pois parecia ser esse o melhor caminho a ser seguido pelos capitalistas, rumo a diminuição dos custos e retomada dos ganhos de produtividade.

As empresas, induzidas pelas possibilidades de vantagens tecnológicas, entenderam que a construção de plantas produtivas altamente automatizadas e informatizadas permitiria constituir efetivamente um novo sistema produtivo. Nesse momento, grandes empresas, principalmente do setor automobilístico, construíram plantas fortemente automatizadas, denominadas de “fabricas do futuro” (DEDECA, 1999, p. 71).

Seguindo o rastro da reestruturação e a batalha para se reduzir os níveis de custo, se implanta nas empresas métodos organizacionais e de engenharia da produção, tais como o *just in time* e os programas de qualidade total, onde se buscava diminuir ao máximo o desperdício de matérias prima e utilização racional de mão-de-obra. Dedeca (1999, p.72), acrescenta que “essa conduta estava estreitamente relacionada à avaliação dos resultados obtidos pelas empresas japonesas, com seus métodos pouco convencionais de gestão da produção”. O que estava em jogo era a redução dos custos sem perder de vista a manutenção ou superação da qualidade do produto final.

A reestruturação produtiva e novo modelo de acumulação flexível, somados a crise que o capitalismo estava passando, alteram as relações de força estabelecidas na sociedade, entre o capital e o trabalho. O problema do desemprego se agrava, uma grande quantidade de trabalhadores é substituída pela maquinaria, e os que continuam são obrigados em muitos casos a realizar o trabalho que dois ou três realizavam anteriormente. Segundo Harvey (2009, p. 140):

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitiram que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre a força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados para níveis sem precedentes no pós-guerra.

A figura do trabalhador superespecializado, que tem como característica principal a realização de tarefas simples e repetitivas, típico do modelo de produção fordista, sede lugar ao trabalhador polivalente, que segundo Soares (2015), é um

trabalhador que assume o lugar de vários trabalhadores especializados, realizando diferentes funções em várias máquinas ao mesmo tempo, combinando tarefas antes delegadas a vários trabalhadores.

Outro impacto que sobreveio com muita força sobre a classe trabalhadora, foi, o incremento de milhões de trabalhadores de países asiáticos, como a China, Hong Kong e Taiwan, permitido pela globalização da produção e a diminuição das barreiras nacionais. De acordo com Harvey (2009, p. 141), “O trabalho organizado foi solapado pela construção de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas”.

O desemprego passa a se tornar cada vez mais um problema estrutural do capitalismo, pois na medida que a reestruturação produtiva avança, na busca pela diminuição dos custos e retomada da produtividade, a capacidade do sistema absolver a força de trabalho disponível fica menor.

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição ao friccional), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 2009, p.141).

O problema fica ainda maior para os trabalhadores, quando somamos a tudo isso as medidas neoliberais praticadas pelo Estado, no sentido da retirada dos direitos básicos que garantiam ao trabalhador acesso ao consumo, em muitos casos mesmo quando este estava impossibilitado de trabalhar.

O aumento da desregulamentação das leis trabalhistas e a flexibilização das relações de trabalho levam ao aparecimento de postos de trabalho cada vez mais precarizados, onde o trabalhador é obrigado a se expor a uma dura rotina de trabalho, com prolongamento das horas trabalhadas, em ambientes insalubres. Onde os vínculos trabalhistas se tornam frágeis e o trabalhador é impossibilitado de fazer planos em relação ao seu futuro no trabalho. Para Miraglia (2008, p. 67), “A “ruptura” com os antigos “paradigmas” serve como pano de fundo para fundamentar a “flexibilização” dos direitos, principalmente os trabalhistas. Flexibilizam-se os empregos, as formas de contratação e dispensa, de tempo e função para atender as necessidades do mercado”.

### 3.2 Precarização e desemprego: um grande desafio para classe trabalhadora

A crise de acumulação e o processo de reestruturação produtiva, somados as soluções neoliberais - que apontam a desregulamentação financeira e das relações de trabalho como a solução para os problemas de acumulação do capital - lançam uma grande quantidade de trabalhadores para o desemprego e faz surgir postos de trabalho flexíveis, temporários e em condições precarizadas. Postos de trabalho que se caracterizam pelo alto grau de desregulamentação, onde os assalariados são lançados forçadamente a aceitar a flexibilização com solução para o desemprego crescente. Quando Luciano Vasapollo fala sobre a nova organização capitalista do trabalho, ele revela:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social. (VASAPOLLO, 2006, p. 45).

O problema do desemprego deixou a muito tempo de ser um problema de países do terceiro mundo, países subdesenvolvidos, para se instalar de vez, até mesmo nos grandes centros industriais do mundo capitalista mais desenvolvido. O problema do desemprego é hoje um dos grandes problemas sociais e econômicos do mundo, pois segundo Mézáros (2006, p.28), esse problema, “por sua perversidade, impõe sofrimentos e miséria a milhões de desempregados”.

Na realidade, a drástica ascensão do desemprego nos países capitalistas avançados não é um fenômeno recente. Surgiu no horizonte – depois de duas décadas e meia de expansão relativamente ininterrupta do capital no pós-guerra – com a investida da crise estrutural do sistema capitalista como um todo. Apareceu como característica necessária e deteriorada da crise estrutural. (MÉSZÁROS, 2006, p. 29).

Com o avanço do desemprego, ele deixa de ser um problema restrito a classe trabalhadora menos qualificada, e passa a atingir até mesmo a força de trabalho mais qualificada. Esses trabalhadores, foram atingidos no processo de reestruturação das empresas de alta tecnologia e com a diminuição dos cargos de gerência e liderança. Essa massa de trabalhadores qualificados, com anos de estudo e muita experiência, passa a disputar os postos de trabalho disponíveis, que com o passar dos anos vem se tornando cada vez mais escassos.

Mészáros (2006, p.30), nos apresenta uma série de dados alarmantes sobre o desemprego nos países industrializados, como por exemplo, o crescimento acima de dez vezes da taxa de desemprego na Grã-Bretanha, em trinta anos. Na Alemanha o número de desempregados já ultrapassou o número de 5 milhões, e os que se somam as fileiras do desemprego neste país vem aumentando perigosamente. Para Mészáros, há mais de 40 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, destes, 20 milhões só na Europa. Soma-se a isso, mais de 336 milhões de pessoas desempregadas na Índia e mais 268 milhões de desempregados na China, fora outros tantos milhões, nesses países, em condições desumanas e extremamente precária de trabalho, que segundo o autor não se teve condição de registrar por falta de dados.

Esse é um problema (o desemprego) que se agrava, pois com a globalização da produção, instabilidades no mercado de trabalho de certos países, podem gerar problemas em outras partes, que aparentemente estariam isoladas dos fatos geradores que iniciaram o problema no mercado de trabalho local. Problemas como a guerra e a fome, nos países da África e no Oriente Médio, tem gerado recentemente crises nos países industrializados da Europa Ocidental.

A forma encontrada para solucionar o problema do desemprego - tanto nos países centrais como nos da periferia, que em muitos casos eram vistos como problemas gerados pelos altos custos da mão-de-obra e regulamentação rigorosa – foi a busca pela diminuição dos custos do trabalho via flexibilização de contratos e desregulamentação trabalhista. Desregulamentação que vai na direção da retirada de direitos trabalhistas e flexibilização que tem como objetivo principal tentar diminuir a rigidez dos contratos de trabalho. A justificativa para a realização das reformas trabalhistas que foram realizadas em diversas partes do mundo após a crise do capital de 1970, era que, todas as medidas tomadas foram na tentativa de reduzir os custos da força de trabalho, visando aumentar a demanda de trabalhadores, em um mundo onde o desemprego se tornava cada vez mais um problema grave que precisa ser vencido.

Mais o principal problema a ser combatido não era o desemprego, e sim, como vimos anteriormente, o aumento desenfreado dos custos de produção, causados por diversos choques no mercado internacional e pelo aumento da oferta de bens duráveis. Esses problemas levaram a produtividade e a taxa de lucro do capital a patamares inferiores ao praticado no período anterior ao fim da Segunda Guerra. Como acrescenta Harvey (2009, p. 135), “a queda da produtividade e da

lucratividade corporativas depois de 1966, marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos”.

O problema do desemprego e do aparecimento de postos de trabalho precarizados se tornaram elementos constitutivos do próprio capital, na busca pela redução de custos, retomada da produtividade e das taxas de lucro, praticadas anteriormente no período do auge do fordismo. Para Mészáros (2006, p. 32):

A necessidade de produzir desemprego, “diminuir custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes.

Um dos principais entraves para os capitalistas nesse contexto vinha a ser os altos custos da força de trabalho, que elevavam os custos da produção e tornavam as mercadorias menos competitivas no mercado internacional.

Se inicia, então, nos países industrializados e de industrialização tardia, uma luta pela retirada e flexibilização das leis trabalhistas, em muitos casos de forma autoritária, sem ouvir os trabalhadores e seus representantes, somadas as recomendações de política neoliberais que segundo Mészáros (2006, p.34):

Muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, pretendem ser tão recomendáveis, para toda criatura racional, como a maternidade e torta de maçã, pois a “flexibilidade” em relação às práticas de trabalho – a ser facilitada e forçada por meio da “desregulamentação” em suas variadas formas –, corresponde, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho. [...], a flexibilização está geralmente ligada à autoritária legislação antitrabalho. E as mesmas pessoas que chamam de “flexibilização” universalmente benéfica a difusão das mais precárias condições de trabalho também ousam chamar de “democrática” a prática dessa autoritária legislação antitrabalho.

É nesse contexto que a flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho passam a ser as alternativas mais indicadas para combater o “desemprego”. Segundo Vasapollo (2006, p.45), há muitas formas de definir a flexibilização, entre elas:

- Liberdade da empresa de despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuïrem;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repentinamente e sem aviso prévio, quando a produção necessitar;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, horário flexível etc.);
- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;

- Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, [...], diminuir o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa. (VASAPOLLO, 2006, p.46).

Com o advento da flexibilização e da luta pela retirada dos direitos trabalhistas, começa a aparecer na sociedade novas regras de regulação das relações de trabalho, que em nada podem ser comparadas com as regras do emprego da metade do século XX. As características do trabalho foram em boa parte modificadas, e formas de trabalho cada vez mais precarizados começaram a aparecer.

É justamente com a flexibilização imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, na qual o trabalhador é abandonado diante de empresário com o qual ele tem de negociar seu salário e o tempo de que vai dedicar ao trabalho. (VASAPOLLO, 2006, p.53).

No fordismo o trabalho se caracteriza segundo Reich (2002, p. 103), pela estabilidade e pelos aumentos previsíveis de salário, o funcionário típico era aquele que passava grande parte de sua vida na empresa, ou até mesmo chegando a aposentadoria sem conhecer mais que uma empresa. Com a estabilidade o trabalhador poderia se planejar e fazer compras no longo prazo, com certeza que quitaria suas dívidas. Esse trabalhador, tinha também seu esforço limitado, uma rígida legislação trabalhista e uma fiscalização forte por parte dos sindicatos e órgãos de controle do trabalho impediam o uso da força de trabalho além do estabelecido por lei. As barreiras entre o trabalho e casa dos trabalhadores não eram rompidas, os trabalhadores não eram obrigados a levar tarefas para casa para cumprirem suas metas.

No fim do século XX e início do século XXI, essas regras começaram a desaparecer, e o velho contrato de trabalho foi tão modificado, pelas leis antitrabalho, que em muitos casos os trabalhadores são jogados no mercado a sua própria sorte. Para Vasapollo (2006, p. 51), o trabalho passa a ser “uma mercadoria qualquer que deve ser submetida às regras mais cruéis do mercado selvagem, em um intercâmbio entre não iguais”.

Os direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro salário, aposentadoria seguro doença e outros, conquistados após anos de luta, greves e manifestações, também não são poupados, e se inicia uma árdua luta por parte dos capitalistas de todos as partes do mundo, no sentido de retirá-los, ou reduzi-los. Esse é um problema grave para classe trabalhadora, pois no momento que esta está mais fragilizada e

necessitando de auxílio por parte do estado, onde os problemas causados pelo desemprego e pela precarização, levam uma crescente disparidade social, é que os se intensificam os ataques aos direitos básicos dos trabalhadores. Vasapollo acrescenta que:

Considerando-se que na sociedade atual se acentuam as disparidades sociais, deve-se garantir mais fortemente a vigência dos seguros sociais mais importantes, como a saúde, aposentadoria, o crédito social garantido etc. O pós-fordismo, ao contrário, está provocando o fracasso do Estado social e dos salários, recriando formas de trabalho servil semelhantes à escravidão e, com frequência, determinadas por discriminações étnicas. (VASAPOLLO, 2006, p. 52).

Para Reich (2002, p. 107), o que teremos a partir de então é o fim do trabalho estável com aumentos de salários previsíveis. Isso, impossibilita o trabalhador de se planejar, forçando-o a viver com um orçamento instável. Surgem postos de trabalho temporários, de meio período, freelances, autônomos, entre outros que fazem a remuneração do trabalho variar de um mês a outro, deixando o trabalhador com sentimento de insegurança em relação ao futuro. O esforço despendido no trabalho deixa de ser limitado, e os rendimentos do trabalho passam a depender quase que exclusivamente da disponibilidade e empenho do trabalhador. As barreiras entre o trabalho e a casa dos trabalhadores é rompida, e esses são obrigados mesmo quando estão em casa a ficarem à disposição da empresa, sempre com os celulares ligados e prontos para atenderem ao chamado do seu chefe imediato. Esse tipo de trabalho ficou conhecido na literatura como trabalho atípico.

A flexibilização - entendida neste trabalho como uma das formas mais cruéis da precarização, pois obriga o trabalhador a aceitar certas condições de trabalho que em outros casos não lhe seriam oferecidas – e desregulamentação do trabalho, em muitos países industrializados não atingiu seu objetivo de combate à pobreza, e quando alcançou algum êxito os resultados foram residuais. Para Vasapollo (2006, p.46):

A flexibilização, definitivamente, não é a solução para os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias.

### 3.3 A precarização do trabalho e desemprego no Brasil

“A compreensão de aspectos fundamentais do presente jamais será completa se desconhecemos o caminhar da história” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 22). O problema do desemprego e das formas de trabalho precário existentes no Brasil atual, não seriam claramente entendidas se não déssemos um passo atrás, para fazer uma breve análise do processo histórico de formação da nossa classe trabalhadora.

A primeira atividade econômica desenvolvida no Brasil foi o extrativismo e principalmente a extração de pau-brasil, uma madeira da qual se extraía uma matéria corante, muito utilizada nas tinturarias de Portugal e da Europa. O trabalho era pesado, as toras de madeira tinham que ser cortadas e levadas para perto dos pequenos portos construídos no período. Para este trabalho nos interessa saber qual a mão-de-obra utilizada no período para realização de um trabalho tão pesado. Os índios, eram a principal força de trabalho disponível em nossas terras, e eles foram duramente explorados e escravizados no período, quando muito, recebiam o pagamento em miçangas e outros objetos de pouco valor para os portugueses.

Logo após a devastação da floresta tropical brasileira, se inicia o segundo ciclo de atividades econômicas desenvolvidas no Brasil, a agricultura, que se caracterizou principalmente por ser baseada na monocultura – principalmente cana de açúcar - na grande propriedade e no trabalho escravo. O trabalho escravo quase extinto desde os tempos do antigo Império Romano, renasce com força nas colônias, e principalmente no Brasil que tinha um vasto território e sofria com a escassez de mão-de-obra.

O trabalho escravo é uma das características marcantes da nova economia, pois implantado no Brasil por volta do século XVI, já com a exploração dos índios, continua e se acentua na produção de cana de açúcar. O trabalhador escravo, permaneceu como principal força de trabalho no ciclo do ouro brasileiro, e mesmo com o declínio do ciclo do ouro e renascimento da agricultura, os escravos continuaram sendo a principal força de trabalho a mover a nossa economia.

Em 1850 com o fim do tráfico negreiro, se começa a interromper o suprimento de mão-de-obra escrava para as lavouras do Brasil. Só no século XIX, em 1888 é promulgada a Lei Áurea, que decreta o fim da escravidão. Para Miraglia (2008, p. 72), “considera-se a Lei Áurea como marco inicial do Direito do Trabalho brasileiro,

pois a ela se deve o estímulo à incorporação da relação de emprego”. São quase 350 anos de trabalho forçado, sem qualquer tipo de direito, onde o trabalhador era exposto a longas jornadas de trabalho, em condições insalubres, sem intervalo para o almoço, sem a mínima condição de higiene e segurança do trabalho, onde as mortes no trabalho eram frequentes e até mesmo o direito à vida era negado aos trabalhadores.

Com fim da escravidão e o fortalecimento da cafeicultura, se tem um processo de substituição do trabalho escravo, pela mão-de-obra imigrante que se estabelece no sul e sudeste do país, principalmente no estado de São Paulo. A relação de trabalho que se estabelece entre o imigrante e os donos dos cafezais, já era uma relação de assalariamento, mas que, assim como a relação de trabalho anterior, estes, também são mantidos em situação de extrema precarização e exploração do trabalho. Durante todo este período, tem-se uma grande omissão em relação ao direito dos trabalhadores e as leis que regulam as relações de trabalho são inexistentes. Neste período:

A força de trabalho era composta primordialmente de imigrantes europeus, sendo os italianos a sua maioria. No campo, os imigrantes firmavam sistemas de parcerias com os cafeicultores, enquanto nas cidades a mão-de-obra estrangeira impulsionava a industrialização e a modernização. Segundo dados coletados por nascimento, dos 50 mil operários, em São Paulo em 1901, menos de 10% eram brasileiros. (MIRAGLIA, 2008, p. 77).

Segundo Graziano Neto (1982, p. 25), “A crise mundial desencadeada em 1929 pelo “crack” da bolsa de Nova York pegou a economia brasileira em crise latente e a situação tornou-se insustentável: a economia cafeeira desagregou-se por completo”.

O domínio da oligarquia cafeeira é rompido. E em 1930 chega ao poder Getúlio Vargas. Vargas, vai ser o responsável pela implantação no país de um projeto industrial que segundo Antunes (2006, p. 500), estava “ancorado num estado forte e numa política nacionalista”. É ele que também vai começar a discutir os problemas vividos pela classe trabalhadora do período, e trazer à tona a realidade de exploração e degradação vividos pelos trabalhadores.

Até esse momento da nossa história teremos um forte apelo das ideias liberais no Brasil, e um Estado que marcadamente não intervinha nas relações de trabalho que se estabeleciam em nossa economia. Mas a forte presença dos imigrantes, que representavam grande parte da força de trabalho, tanto na agricultura

como na indústria nascente, estimulou as greves e a formação de um movimento operário, muito parecido com o da Europa no mesmo período.

Todos esses fatores levaram a um ponto de convergência: ao declínio do estado não-intervencionista. Em 1930 deslocou-se a tradicional oligarquia do café-com-leite do poder e elevou-se Getúlio Vargas a presidente, marcando o fim do Estado Liberal e o princípio de uma era, enchendo de esperança os corações brasileiros. (MIRAGLIA, 2008, p. 77).

A Constituição de 1934, já estabelecia uma série de direitos a classe trabalhadora brasileira, como por exemplo, reduziu a jornada de trabalho para oito horas, proibiu o trabalho de menores de 14 anos, proibiu a diferenciação salarial por questão de sexo, idade, nacionalidade e estado civil, garantiu para os trabalhadores o pagamento de um salário mínimo satisfatório e estabelecido por lei, criou a obrigação do repouso semanal remunerado, a indenização para dispensa sem justa causa, e previdência social.

Todos esses direitos foram conquistados como muita luta pela classe trabalhadora, fortes embates entre os capitalistas e trabalhadores brasileiros, marcaram a nossa história. Para Antunes (2006, p. 501), “é necessário enfatizar que, desde a segunda metade do XIX e especialmente as primeiras décadas do século XX, o movimento operário, em seus embates cotidianos, exigia a criação de uma legislação social que garantisse os direitos do trabalho”.

No dia primeiro de maio de 1943, já no regime autoritário, e em busca de legitimação no ceio da classe trabalhadora, Getúlio Vargas Promulgou a Consolidação das leis trabalhistas. Para Miraglia (2008, p. 86), “se por um lado, a CLT trouxe benefícios reais aos trabalhadores, de outro, forneceu ao Estado mecanismos eficientes para combater o movimento operário”.

Esse combate ao movimento operário se fortalece no país, quando em março de 1964, se instala no Brasil a ditadura militar. Na ditadura, se inicia um forte ataque aos direitos trabalhistas, os sindicatos e as lideranças sindicais são perseguidos, a legislação trabalhista começa a sofrer uma série de afrontas, que se inicia com a Lei 5.107/66. Essa lei criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em detrimento da estabilidade que o trabalhador adquiria após dez anos de trabalho na mesma empresa, flexibilizando e facilitando os meios disponíveis para demissão dos trabalhadores. Para Miraglia (2008, p. 108), “isso facilitou a dispensa arbitrária, retirou a segurança do trabalhador e proporcionou o aumento da rotatividade da mão-de-obra”.

Só em a 1985 a democracia no Brasil foi restabelecida, e uma Assembleia Nacional Constituinte, elaborou e aprovou uma nova constituição para o país, que é assinada em 1988. Miraglia (2008, p. 94), acrescenta que, “a própria Constituição regulamentou diretamente os direitos dos trabalhadores, tratando o direito do trabalho como uma das garantias fundamentais e sob a qual está fundado o Estado Democrático de direito”.

Essa mesma constituição que, em muitos pontos, influenciada por ideias de um pensamento liberal que ganhavam força no período, traz os fundamentos da flexibilização, os apresentando na forma convenções e acordos coletivos, onde poderiam ser negociados uma serie de direitos dos trabalhadores.

Esse, é marcadamente um período de crise econômica grave no Brasil. E, em 1990 o problema do desemprego em massa já é no país, uma realidade incontestável. Para Márcio Pochmann (2006, p. 61), “até o final da década de 1980, conforme as estatísticas oficiais, o desemprego era relativamente baixo no Brasil. A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e a procurando por um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período de tempo”.

É nesse momento, onde teremos como presidente da república Fernando Collor de Mello, que as ideias neoliberais desembarcam com força no Brasil, atingindo em cheio a recém-criada, e que aos poucos estava sendo implantada Constituição da República Brasileira. É, neste mesmo período, que a indústria brasileira é exposta a concorrência internacional e passa por um grande processo de reestruturação produtiva.

A partir do Governo Collor, no entanto, as reformas passaram a ser sinônimo das contrarreformas neoliberais: a abertura comercial-financeira da economia, privatização/redução do patrimônio e dos serviços públicos, redução da seguridade social e privatização da previdência social, redução/extinção de direitos trabalhistas, privatização da saúde e educação etc. Todas de natureza regressiva, social e politicamente, mas defendidas com argumento de que seriam “condição para crescimento econômico e a geração de empregos”. (FIQUEIRAS, 2017, p. 3).

O grande número de desempregados, somados ao processo de reestruturação produtiva, e as medidas neoliberais adotadas pelo governo, levam ao aprofundamento no Brasil - seguindo a tendência mundial, de novas formas de contratação de mão-de-obra, tais como o trabalho temporário, o teletrabalho, o trabalho em tempo parcial e a terceirização - formas estas que na maioria das vezes, mantem uma relação contratual e salarial extremamente flexíveis e precarizadas.

O grau de precarização da força de trabalho voltou a aumentar a partir dos anos 1990. Até então, de acordo com os registros oficiais existentes, a tendência era de redução das formas de subutilização do trabalho, tradicionalmente identificadas pelo desemprego e pelas ocupações sem remuneração e por conta própria. (POCHMANN, 2006, p.61).

Se difunde a ideia que o desemprego e a miséria, que se espalhavam pelo Brasil só seriam resolvidos com afrouxamento da legislação trabalhista e com a desregulamentação das relações de trabalho. As ideias neoliberais ganham força, e como se pode observar, esse é o mesmo discurso que foi apresentado para solucionar os problemas nos países centrais industrializados, onde a onda de flexibilização e de desregulamentação não surtiram o efeito esperado.

Os anos 90 marcam a história brasileira, pelas inúmeras leis que retiram ou flexibilizam as relações trabalhistas. Em 1994 através da Lei 8.949, se instituiu e regulamentou as cooperativas de mão-de-obra. É elaborada e regulamenta a lei que trata do trabalho provisório e por tempo determinado, Lei 9.601 de 1998, que também estabelece o banco de horas, em que o empregado não recebe em dinheiro as horas extras trabalhadas, mas é compensado com períodos de folga no “futuro”. A lei 6.494 de 1997, que permite o estágio para alunos do ensino médio e que, segundo Miraglia (2008, p. 111), “abre uma brecha para inúmeras fraudes na contratação de “estagiários” que são verdadeiros empregados”.

É nesse momento da nossa história, de acirrada competição e busca pela manutenção das taxas de lucro da indústria nacional, que se inicia no Brasil o processo de terceirização, onde se descentraliza as atividades antes desempenhadas pela empresa central, na busca pela diminuição dos custos com a mão-de-obra e delegação de atividades meio a empresas periféricas.

O Brasil, infelizmente, não conseguiu deter a terceirização desordenada. A ideia inicial da terceirização aplicada tão-somente às atividades meios das empresas tornou-se mecanismo fraudulento para encobrir situações fáticas de emprego, com o objetivo único de desonerar o empregador dos encargos trabalhistas. Ademais, ressalta-se a falta de norma regulamentadora da prática como fator preponderante para sua utilização. (MIRAGLIA, 2008, p. 117).

No Brasil, em geral, os trabalhadores contratados das empresas terceirizadas fazem o mesmo trabalho dos que estão locados na empresa sede, e ganhado menos. Estes não estabelecem vínculos jurídicos com os contratantes da empresa sede, isso os impede de participar dos planos de carreira, e como não são considerados empregados efetivos, em muitos casos não participam dos treinamentos e das bonificações pelo aumento da produtividade. Dados alarmantes, segundo as

estatísticas oficiais, mostram que os acidentes e as mortes causadas nos locais de trabalho se concentram entre os trabalhadores das empresas terceirizadas.

Destarte, afeta-se também as condições de saúde e segurança do obreiro, eliminam-se benefícios sociais diretos e indiretos, promovendo-se insegurança laborativa, vez que a remuneração torna-se incerta e o recebimento das vantagens e benefícios decorrentes de um contrato de trabalho clássico ou de normas coletivas não é auferido pelo trabalho. (MIRAGLIA, 2008, p. 130).

Vale ressaltar que a terceirização não foi estabelecida por lei na década de 90, mas passou a acontecer, inicialmente nas multinacionais montadoras de automóveis e logo se tornando prática comum nos outros setores da nossa economia. As divergências causadas por esse tipo de contratação foram parar no Tribunal Superior do Trabalho, que através da Súmula 331 de 2003, criou jurisprudência, para se realizar a terceirização de atividades meio.

A terceirização se concentrava nos anos 90 e na primeira década do século XXI, na contratação de atividades meio, que consistia principalmente nas atividades de limpeza, portaria, alimentação e pequenos reparos na estrutura das empresas, se estendendo em alguns casos para o serviço de contabilidade e de recursos humanos.

O século XXI se inicia com a chegada ao poder no Brasil, de um presidente que tem sua origem na classe trabalhadora. As esperanças do povo brasileiro se renovam e os índices de desemprego chegam a diminuir. Mas em setembro de 2008, quando o banco *Lehman Brothers*, o quarto maior dos Estados Unidos, decreta falência, uma grave crise se espalha pelo sistema financeiro do mundo todo, e logo se espalha para o restante da economia. Uma grande recessão marca a conjuntura global a partir desse momento e medidas teriam que ser tomadas para frear os efeitos deletérios causados pela crise.

Medidas e políticas de austeridade são levadas a cabo ao redor do mundo. No Brasil a crise que inicialmente parecia uma marolinha, se transformou em tsunami no final de 2014, atingindo em cheio nossa debilitada economia. Os índices de desemprego dispararam, chegando a atingir níveis nunca vistos no Brasil. Em 2017, de acordo com as estatísticas oficiais do governo, já são mais de 14 milhões de desempregados. Sem contar os trabalhadores em condição de trabalho precário, que em muitos casos não oferecem a mínima segurança para o trabalhador, nem em relação ao salário e mesmo às condições de saúde e segurança. No Brasil, as estatísticas têm um grande poder de esconder o grande número de desempregados

e de trabalhadores ocupados em formas de trabalho extremamente precarizados. Para Antunes:

Recentemente os índices de desemprego têm sido “abrandadas” por estatísticas que escondem formas de desemprego. As consequências do enorme processo de desregulamentação da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores das condições de trabalho e da enorme flexibilização do mercado possibilitam uma expansão sem precedentes do trabalho part time; no entanto, a consideração dos trabalhadores nessas condições como fazendo parte do contingente de empregados, reduz fortemente as estatísticas de desemprego. (ANTUNES, 2009, p. 73).

Durante todo o período que marca o início do século XXI, muitas medidas foram tomadas para reduzir os custos gerados pela contratação da força de trabalho, e que dificultaram o acesso dos trabalhadores a previdência social. Entre essas medidas estão o estabelecimento de um teto para o pagamento de aposentadorias e o aumento do tempo de contribuição para os trabalhadores que querem ter acesso ao seguro desemprego. Mas nada se compara ao pacote de medidas de austeridade, flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, apresentados como solução para crise, política, econômica e social que se instalou no país a partir de 2014.

No pacote de medidas estão um conjunto de leis, compostas, pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que reduzem os gastos em áreas importantíssimas para o trabalhador, como saúde e educação. Esta emenda já foi aprovada e impõe que as despesas primárias sejam reajustadas durante vinde anos, somente pelo índice de inflação do ano anterior, o que praticamente inviabiliza o governo de realizar políticas fiscais anticíclicas, para combater os efeitos da crise sobre a economia e principalmente sobre o mercado de trabalho.

Outra medida que foi apresentada e pretende ser aprovada o mais breve possível é a reforma da previdência social, que aumenta os prazos de contribuição para homens e mulheres e estabelece uma idade mínima para aposentadoria, que praticamente impossibilita o acesso da classe trabalhadora a aposentadoria e tem efeitos nefastos para vida da classe trabalhadora.

O projeto de lei da terceirização também é parte integrante do pacote de medidas adotadas pelo governo, que tem como objetivo principal, a diminuição nos custos de contratação dos custos da força de trabalho e a retomada do crescimento da economia. Essa lei regulamenta a prestação de serviços temporários. O trabalho temporário era permitido até o limite máximo de três meses, com a nova lei, esse

tempo pode chegar a seis meses e podendo ser prorrogado por mais 90 dias. Outro ponto importante dessa lei é a possibilidade de as contratações poderem se estender para as atividades fins, o que na prática leva a terceirização de todos os trabalhadores de uma mesma empresa, estendendo todos aqueles problemas que discutimos anteriormente para o conjunto de todos os trabalhadores da empresa.

Por fim, e não menos importante, o projeto de lei da reforma trabalhista, tem como objetivo principal impor o negociado entre patrões e trabalhadores como instrumento principal de regulação das leis trabalhistas. Para muitos trabalhadores e sindicalistas essa seria a “pá de cal” na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os trabalhadores, com os sindicatos fragilizados e com o enorme desemprego que se espalha pela sociedade, teriam que negociar com seus patrões em extrema desvantagem.

Todas essas medidas têm em comum o poder de precarizar os postos de trabalho existentes e, quando muito, criar postos de trabalho onde a segurança jurídica dos trabalhadores é mínima ou inexistente. É o processo de precarização se espalhando como regra pela sociedade, se estendendo por todos os setores da economia, não fazendo distinção entre o público e o privado, tornando a vida do trabalhador mais difícil. Assim, o trabalhador se torna incapaz de planejar o futuro, onde a renda se torna incerta, e como disse Vasapollo (2006, p. 53):

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem nenhuma garantia de continuidade: O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre a ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulamentação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco, e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgastes, a força de trabalho é deixada completamente a descoberto, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação a renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não ocupação.

O verdadeiro motivo por trás de todas essas reformas, é reestabelecer as altas taxas de lucro, que vem em queda por causa da crise, buscando diminuir os custos com a contratação da mão-de-obra e aumentando o grau de exploração e espoliação da força de trabalho.

## **4 OS EFEITOS DO DESEMPREGO E DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SOBRE OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

A construção civil no Brasil, assim como outros setores, passou por uma série de transformações desde a crise que se espalhou pelo mundo no princípio dos anos 70. Neste capítulo, pretendo falar, na sua primeira parte, da importância da construção civil para geração de emprego no Brasil. Na segunda, objetiva-se explicar como a precarização do trabalho atinge este setor da nossa economia. Na terceira parte, apresentaremos o perfil do trabalhador da construção civil no Brasil, e em seguida daremos voz ao trabalhador (contando a história de seu Antônio, um trabalhador da construção civil de Paço do Lumiar, Maranhão).

### **4.1 A importância do setor da construção civil para geração de emprego no Brasil**

A Construção Civil é caracterizada como atividade produtiva da construção que envolve a instalação, reparação, equipamentos e edificações de acordo com as obras a serem realizadas. (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

É importante acrescentar, sobre a construção civil, que ela é responsável por um grande número de atividades, de pequeno, médio e grande porte, e segundo Oliveira:

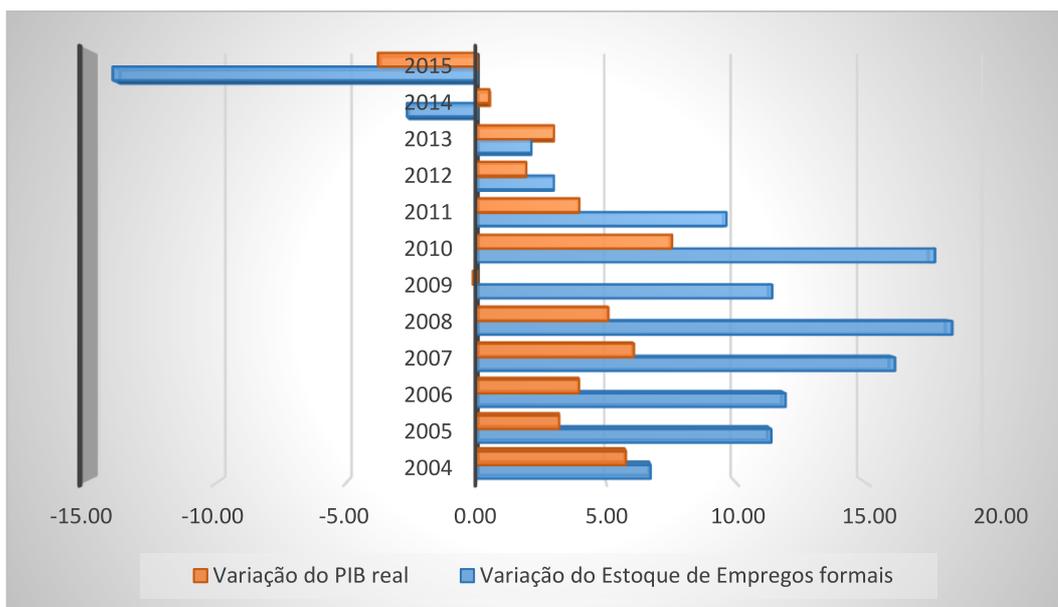
O Código 45 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE, relacionam as atividades da construção civil como as atividades de preparação do terreno, as obras de edificações e de engenharia civil, as instalações de materiais e equipamentos necessários ao funcionamento dos imóveis e as obras de acabamento, contemplando tanto as construções novas, como as grandes reformas, as restaurações de imóveis e a manutenção corrente. (OLIVEIRA, 2012, p.2).

A construção civil é um dos principais setores da indústria no Brasil. E se destaca por ser um dos setores da economia que mais emprega no país. No ano de 2013 no auge das suas atividades este setor chegou a empregar mais de 3 milhões de trabalhadores, com carteira assinada no país. Se considerarmos os empregos gerados na cadeia produtiva da construção, o chamado *construbusiness*, que envolve a produção de cimentos, tijolos, pedras, materiais hidráulicos, elétricos e para acabamentos, esse número chega perto dos 10 milhões de trabalhadores, como

demonstram os dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS) de 2002 a 2015.

O mercado de trabalho da construção civil acompanha de perto os ciclos da atividade econômica no Brasil. Conseqüentemente, quando o nível de atividade aumenta, a demanda de trabalhadores varia positivamente, assim como os salários. Mas, se o nível de atividades diminui, a empregabilidade neste setor tende a diminuir com muita rapidez. O gráfico 1, que relaciona a taxa de crescimento do PIB, com a taxa de variação do número de empregados no setor da construção civil no Brasil, demonstra que existe uma correlação muito forte entre o nível de atividade da economia e o número de contratações no setor da construção civil.

**Gráfico 1** - Relação entre a taxa de crescimento do PIB com a taxa de crescimento do número de empregados no setor da construção civil no Brasil



Fonte: IBGE, RAIS, elaboração própria.

Este é um setor que sofre grande influência do Estado, pois tem neste um dos grandes demandantes dos produtos e serviços prestados pela construção civil. Segundo Oliveira (2012, p 3), “para a indústria o governo interfere com a alocação dos recursos tais como os investimentos de crédito e as permissões para a construção, ou seja, a liberação do capital e as negociações para a organização das atividades propostas”. Quando, por volta de 2014, o Estado brasileiro diminuiu o ritmo de contratação relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), este setor foi um dos mais impactados da economia. Isso fica claro também no gráfico 1, onde

podemos observar que a partir de 2014 o número de contratações no setor chegar a diminuir drasticamente.

Um fator importante a se destacar é que a construção Civil é a área que mais tem capacidade de elevar a taxa de empregos formais, de produto e de renda, seja a curto ou médio prazo, pois sua competência de absorver mão de obra é muito grande. Isto diminui significativamente as taxas de desemprego nos momentos em que a economia não anda bem. E segundo Oliveira (2012, p. 4), a construção civil está relacionada a diversos fatores “que contribuem para o desenvolvimento regional, a geração de empregos e mudanças para a economia”.

Mas para isso acontecer, como já dito anteriormente, é importantíssimo haver incentivos governamentais que elevem a demanda por produção e, em consequência disto, os produtos e serviços que estão interligados à construção civil aumentem. São produtos como pedras, parafusos e acessórios, areia, tintas, madeiras e tijolos que são vendidos em larga escala, fazendo com que as empresas produzam mais, promovendo o emprego e a rendas dos trabalhadores.

## **4.2 A precarização do trabalho na construção civil do Brasil**

A indústria da construção civil não ficou imune aos efeitos da crise dos 70, já discutida anteriormente, e assim, como os outros setores da economia, teve que se adaptar e reestruturar para tentar sobreviver ao aumento da concorrência e queda da taxa de lucro.

Em virtude da crise estrutural do capital, em meados de 1970, os impactos na construção civil são evidentes. O processo de trabalho na produção de habitações, construídas sob a influência do paradigma taylorista-fordista (caracterizado, em geral, pela prescrição detalhada, execução estrita da tarefa e fixação de postos de trabalho), é colocado em xeque. Na busca de novas formas de garantir a ampliação da produtividade, nas décadas recentes, as empresas do ramo da construção de habitações têm aderido às alterações no processo produtivo, tornando-o mais flexível. (SOARES, 2011, p. 03).

Na construção civil, o processo de reestruturação produtiva apresentou certas particularidades, como por exemplo o ritmo que essas mudanças aconteceram e a forma permanente que essas transformações ocorrem. O porte, o tipo de empreendimento e a região geográfica que ele está instalado, tem impacto importante nos métodos, materiais e equipamentos utilizados na construção e no processo de introdução das transformações que acontecem no processo de reestruturação

produtiva da construção civil. Para Soares (2011, p. 03), “O processo de reestruturação produtiva na indústria da construção civil evidencia que a velocidade e o ritmo das mudanças são permanentes, mas apresentam algumas particularidades”.

Mesmo com novas formas de organizar a produção e o trabalho na construção civil, ainda é muito comum que técnicas supermodernas de construção se misturem com formas arcaicas e antiquadas de trabalho. Para Soares (2011, p. 03), “O modo de (re)organização do trabalho nos canteiros de obras convive e se mescla com o tradicional, identificado com a demanda por habilidades do operário para a execução de determinadas tarefas e que, em geral, requer grandes esforços da corporalidade física do trabalhador”.

A terceirização é um dos traços marcantes dos processos de reestruturação que acontecem na construção civil, e onde, mais facilmente esse processo pode ser observado. Os índices de contratação de trabalhadores neste setor, como dito anteriormente, são elevados, mas os postos de trabalho gerados, geralmente apresentam uma alta rotatividade e uma fragilidade muito grande nos vínculos empregatícios, tornando a vida do trabalhador mais difícil, pois a renda do mesmo é inconstante e variável.

Além disso, as empresas do setor têm se utilizado, de modo expressivo, da subcontratação de serviços específicos e da contratação de subempreiteiras que forneçam força de trabalho e, em menor uso, lançam mão do planejamento e do controle da totalidade do processo produtivo. Nesse aspecto, a despeito do aumento de emprego formal no setor nos últimos anos, é evidente o incremento de uma prática extensiva e intensiva de terceirização na construção civil. (SOARES, 2011, p. 03).

A terceirização na construção civil é ainda mais marcante pois os trabalhadores têm pouca ou nenhuma qualificação e são facilmente enganados por encarregados, que os expõem a riscos que não estão previstos no contrato de trabalho, os fazendo trabalhar de forma mais intensiva e por mais tempo a fim de diminuir os custos relacionados ao término da obra. Para Oliveira (2016, p. 19), “A terceirização das atividades é intensa na construção e se ampliou na última década, deteriorando ainda mais as condições de trabalho”.

Muitos descontos são realizados na folha de pagamento que os trabalhadores não sabem explicar e em alguns casos, são inseridos ali com o simples objetivo de reduzir o valor pago ao trabalhador da construção, geralmente os pedreiros, ajudantes e auxiliares.

A precarização é um traço marcante nas condições e na relação de trabalho na construção civil, pois esses trabalhadores, segundo Oliveira (2016, p. 19):

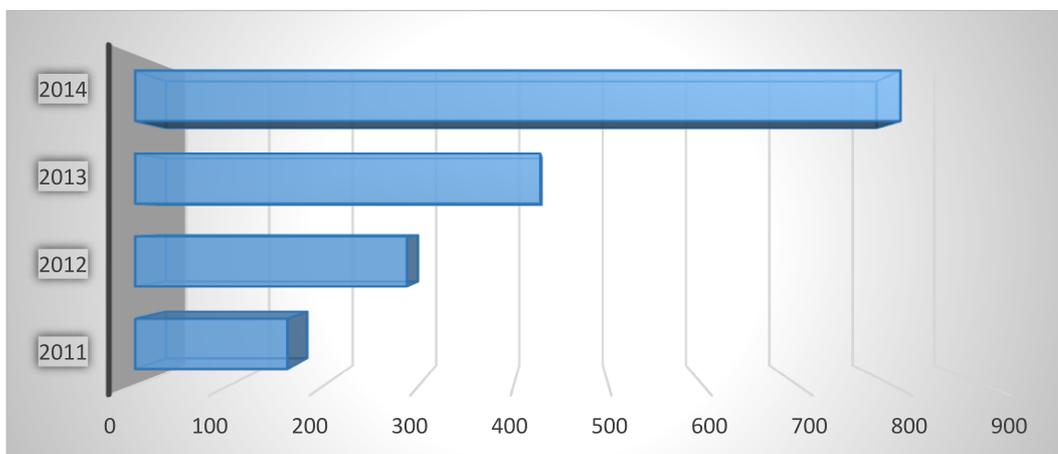
[...] continuam, em sua maioria, mal remunerados, em condições precárias de trabalho, sujeitos a um alto índice de acidentes de trabalho, a jornadas semanais acima da prevista lei. Além disso, o trabalho análogo ao escravo segue com uma presença significativa no setor”.

Os canteiros de obra geralmente são espaços onde as leis de saúde e segurança não são respeitadas, e os trabalhadores são expostos a perigos que ameaçam até mesmo as suas vidas, Oliveira (2016, p. 20), “10% das mortes resultantes de acidentes de trabalho no Brasil, em 2006, vitimaram trabalhadores da construção civil, taxa que passou a 16% em 2014. É um setor que mata”

Os canteiros de obra configuram-se, então, como espaços de trabalho marcados pelo aumento das condições inseguras no ambiente do trabalho, onde há geração de novos riscos à vida e à saúde do trabalhador e, ao mesmo tempo, convive-se com a permanência de antigos tipos de adoecimentos laborais. (SOARES, 2011, p. 4).

A situação na construção civil no Brasil, se agrava mais ainda, se levarmos em conta o número de trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão, dados da dissertação de Oliveira (2016), mostram que em 2011 foram 161, e em 2014 foram 809 trabalhadores resgatados, um aumento de mais de 502%, em pouco mais de três anos, como demonstrado no gráfico abaixo. A autora ainda ressalta que existem poucas equipes de resgate de trabalhadores nessa situação e que muitos casos deixam de ser registrados como trabalho análogo a escravidão, pois os juízes do trabalho não têm decisões uniformes sobre o tema.

**Gráfico 2** - Trabalhadores resgatados em situação análoga a escravidão



Fonte: Oliveira (2016), elaboração própria.

O que vemos hoje na construção civil é um processo que intensifica a exploração do trabalhador, em suas diferentes formas de extração de mais trabalho, onde atuam juntos mecanismos que multiplicam a criação de valor, mesmo que isso se dê sob luz do prolongamento de jornadas, da intensificação do ritmo trabalhado ou sob outras formas onde predomina o trabalho precário e até mesmo o trabalho escravo.

#### **4.3 Perfil do trabalhador da construção civil no Brasil**

O trabalhador da Construção Civil no Brasil, segundo os dados da RAIS, é predominantemente do sexo masculino. Em 2015 eles representavam 91,25% da força de trabalho ativa formal, têm, em média, 30 anos de idade, na sua maioria possuem o ensino médio completo e ganham em média, entre 1 e 3 salários mínimos. Têm pouca qualificação, baixa escolaridade e na maioria das vezes tiveram a prática com seu meio principal de aprendizado.

A participação das mulheres ainda é muito pequena na construção civil, correspondendo a pouco mais que 8%. Nos últimos anos o percentual de mulheres na construção civil vem aumentando. Mas, mesmo no auge das atividades do setor da construção civil, os anos de 2010 a 2013, essa participação nunca era maior que 5%. Na maioria das vezes, ela está sendo alocada nas funções administrativas e de qualificação mais elevada, além de atividades, que em muitos casos, requerem pouco esforço físico, como acabamentos, portaria e serviços gerais. Esse aumento na participação das mulheres na construção civil, pode estar relacionado ao volume de pagamento feito às mesmas, já que um dos grandes problemas enfrentados nos últimos anos no setor, é o aumento da concorrência e dos custos e, na maioria absoluta das vezes, as mulheres na construção civil, mesmo tendo um grau de instrução maior que os homens, ganham menos.

Os trabalhadores da construção civil se dividem em muitas funções, que vão desde o engenheiro e arquiteto, até os postos de trabalho que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, pedreiros e serventes somam mais de 50%, dos trabalhadores na construção de edifícios, no Brasil. O que para Oliveira (2016, p. 20), “parece indicar que, apesar das mudanças tecnológicas incorporadas em alguns canteiros, o processo de construção da casa no Brasil permanece trabalho-intensivo”.

#### 4.4 Dando voz ao trabalhador da construção

A rotina de seu Antônio Socorro Ferreira de Moraes, de 66 anos, nascido em Aldeias Altas do Maranhão, é difícil. Ele acorda às 6h da manhã, faz suas atividades diárias em sua casa, no Loteamento Silvana, Paço do Lumiar, Maranhão, pega sua bicicleta e seque para empresa onde trabalha, na construção de um conjunto de casas de classe média, que fica a cerca de 20min de sua casa. É pedreiro. A rotina começa às 7:30h e termina às 18:30, cerca de 9hs de trabalho diariamente. No fim da jornada de trabalho pega sua bicicleta e volta para casa já no início da noite.

Seu Antônio, como é conhecido na comunidade, recebe uma remuneração mensal que gira em torno de R\$ 1018,00, e é responsável pelo sustento de 4 pessoas da família, ele, sua esposa, uma filha e uma neta. Seu Antônio sempre foi pedreiro aprendeu a profissão na prática, nunca fez um curso específico para realizar as atividades na construção civil. Mora em uma casa simples, de alvenaria, em sua maioria sem reboco. Ele estudou só até a 3ª série do primário. Seu grande sonho é se aposentar, pois ainda sofre com as dores de acidente que sofreu na obra em que trabalha.

Nesse tempo, que seu Antônio está na construção civil, cerca de 33 anos, ele passou por duas situações onde teve que sair da obra sem receber os devidos pagamentos. Em um caso, ele foi levado, junto com outros profissionais da construção, para interior do Maranhão, para construir um conjunto de casas, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Lá, depois de três meses de trabalho, ele e os outros trabalhadores foram abandonados na cidade, o dono da obra desapareceu. Para sair da cidade eles tiveram que voltar boa parte do caminho, de mais de 400 km, andando e outra parte de carona. Até hoje nunca recebeu pelos meses trabalhados e nem os valores devidos da rescisão.

Na empresa em que seu Antônio trabalha atualmente, ele sofreu um acidente de onde lecionou seu joelho. Teve que fazer uma cirurgia e, ao retornar, seu encarregado o colocou para fazer serviços mais pesados do que ele realizava antes do acidente, na tentativa de fazer seu Antônio - um senhor de 66, faltando 2 anos contribuição ao Instituto Nacional de seguro social (INSS), para realizar seu sonho e se aposentar como pedreiro - pedir para ser demitido.

Os equipamentos usados por seu Antônio, como a colher de pedreiro, os níveis e o plumo, não são fornecidos pela empresa. Se ele não levar fica

impossibilitado de realizar suas atividades. Leva falta, advertências e ainda tem um dia de trabalho descontado do salário.

A vida de seu Antônio, não é muito diferente dos trabalhadores da construção ouvidos para realização desta pesquisa, ela resume bem a dura lida do trabalho na construção, e as condições precárias na maioria dos canteiros de obra.

O que essa história vem comprovar é que, apesar da construção civil no Brasil ser uma das grandes geradoras de posto de trabalho, incentivados principalmente pelos programas de aceleração do crescimento do governo federal, os postos de trabalho são de pouca qualidade e baixa remuneração, o que comprova a tese de Oliveira (2016, p.22), de que “o estímulo à construção civil tem sido usado, na história de nosso país, como instrumento para geração de emprego de baixa qualificação e pequena remuneração”.

## 5 CONCLUSÃO

Os principais determinantes, que historicamente contribuíram para a precarização do trabalho, foram a crise enfrentada pelo capital que se inicia nos anos 60, e se agrava nos anos 70. Essa crise foi marcada por diversos choques que levaram a produtividade e taxa de lucro do capital a patamares inferiores aos praticados antes da segunda grande guerra. O Estado passa a sofrer com a queda na arrecadação e tem dificuldades de manter o compromisso assumido com a classe trabalhadora, passando a retirar direitos que com muita luta e organização foram conquistados.

As medidas tomadas para superação da crise, como, a reestruturação produtiva e os novos métodos de organização da produção, além do aprofundamento das medidas neoliberais, aprofundam os problemas, aumentando o número de desempregados e diminuindo as garantias trabalhistas.

No Brasil, em 1990 o problema do desemprego em massa já é uma realidade incontestável e para superação desse problema uma série de medidas foram tomadas na busca de diminuir os custos da mão de obra, na tentativa de se criar novos postos de trabalho e se elevarem as contratações.

O desemprego crescente em todos os cantos do mundo capitalista, industrializados ou não, levou os trabalhadores a aceitarem e se submeterem a condições e relações de trabalho extremamente precarizadas. A solução buscada para solucionar o problema do desemprego, ao contrário de resolver o problema, o alimentou.

A flexibilização ou precarização do trabalho, levaram em muitos casos ao aumento da jornada de trabalho, forçando o trabalhador a realizar o trabalho que antes seria feito por dois ou três trabalhadores, diminuindo assim a demanda e necessidade de força de trabalho, lançando para o desemprego um número maior de trabalhadores que, em busca de reposição no mercado, aceitam ganhar menos, as vezes trabalhando mais. Esse ciclo alimenta uma espiral onde o desemprego reforça a precarização, e a precarização engrossa as fileiras dos desempregados.

O problema da precarização pode ser visto de forma acintosa na construção civil do Brasil, onde o desemprego nos últimos anos se tornou uma realidade por serem estes trabalhadores geralmente de baixa qualificação e facilmente substituíveis.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: \_\_\_\_\_, 1994.

BEHRING, Elaine R.; e ALMEIDA, Maria Helena T. **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e Dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, Ruy. **A Nostalgia do Fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Xamã, 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Globalização e neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade**. IN: MALAGUTI et. al.(Org.). **A quem pertence o amanhã?**. São Paulo: Loyola, 1997.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

**Economia brasileira** / Organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2006.

FILGUEIRAS, Luís. O golpe e as contrarreformas neoliberais. **Jornal dos Economistas**, nº 333. Rio de Janeiro, Maio, 2017.

GÉNÉREUX, Jacques. **Introdução à política econômica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOWAN, Peter. **A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para dominação do mundo**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MÉSZÁROS. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRAGLIA, Lívia Mendes Moreira. **A terceirização trabalhista no Brasil**. São Paulo: Quarter Latin, 2008.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leituras**. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, F. Prefácio. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

OLIVEIRA, M. R. **Mercado de trabalho na construção civil: o subsetor da Construção de Edifícios durante a retomada do financiamento habitacional nos anos 2000**. Dissertação (mestrado) – IE/UNICAMP, Campinas, 2016.

POCHMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil**. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

REICH, Robert B. **O Futuro do Sucesso: o equilíbrio entre trabalho e qualidade de vida**. São Paulo: Manole, 2002.

SOARES, Danielle de Queiroz. **Inovação tecnológica e propriedade intelectual no capitalismo contemporâneo: o contraditório caso do software livre**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SOARES, Érica L. Almeida. **Trabalho e precarização: breve análise sobre o recente cenário de adoecimento entre trabalhadores da construção civil**. Dissertação (mestrado) – IE/UNICAMP, Campinas, 2011.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista**. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.